

Acesso ao ensino superior vai ser mais fácil para os alunos dos cursos profissionais

Educação
Clara Viana

Projecto de diploma estipula que estudantes só terão de fazer o exame que conte como prova de ingresso para o superior

Os exames nacionais vão deixar de contar para a média final do ensino secundário dos alunos dos cursos profissionais e do ensino artístico especializado. Segundo o Conselho das Escolas (CE), que é o órgão que representa os directores dos estabelecimentos de ensino, esta é uma das alterações ao modelo de avaliação dos estudantes que estão a ser preparadas pelo Ministério da Educação (ME).

Questionado pelo PÚBLICO, o ME indicou que “não confirma, nem comenta, por esta ser uma proposta ainda protegida por confidencialidade”.

Mas um projecto do Governo nesse sentido foi submetido a parecer do CE, que se pronunciou sobre ele anteontem. O presidente do CE, José Eduardo Lemos, indicou ao PÚBLICO que nesta proposta se prevê que os alunos do ensino profissional e artístico passem a fazer só o exame que conta como prova de ingresso na faculdade que escolherem e que essa prova não contará para a média final do ensino secundário.

O CE não concorda. Considera que, com esta medida, “estarão criadas condições de manifesta desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior”. Razão: na fórmula de cálculo para o acesso a uma universidade ou politécnico a média final do secundário tem um peso de 50%. E a contribuição dos exames para esta média é relevante.

“De facto, sem margem para dúvida, diz-nos a observação da realidade, nomeadamente a comparação entre classificações internas [notas dadas pelos professores] em cada disciplina e as respectivas classificações finais (ponderadas as classificações de exame) que estas [últimas] são significativamente inferiores às classificações internas”, observa o CE no seu parecer. Assim, resume José Eduardo Lemos, “os exames fazem baixar a média



ADRIANO MIRANDA

Actualmente, os alunos do ensino profissional têm de realizar dois exames que contam para a média



Estarão criadas condições de manifesta desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior

Conselho das Escolas

final do ensino secundário” dos alunos.

Se estas provas deixarem de contar para a média final dos que frequentam cursos profissionais, “cria-se, objectivamente, uma condição de vantagem face aos alunos dos cursos científico-humanísticos”, considera o CE. Isto, porque estes últimos são obrigados a fazer quatro exames nacionais no secundário, contando cada um deles 30% para a nota final de cada disciplina sujeita a avaliação externa.

Actualmente, ao contrário dos alunos dos cursos científico-huma-

nísticos, os do profissional e artístico não precisam de fazer exames para concluir o secundário. Estes só são obrigatórios no caso de pretenderem prosseguir estudos no superior. Neste caso, têm de fazer dois exames: o de Português e outro que funcione como prova de ingresso para o curso que escolherem e que tem de ser seleccionada do currículo em vigor para os cursos científico-humanísticos. Estas provas contam 30% para a sua média final.

Assim, na prática, os alunos do ensino profissional e artístico especializado acabam por ter de fazer exames a disciplinas que não constam do seu plano de estudos, já que a única que têm em comum com os cursos científico-humanísticos é a de Português.

Poucos no superior

Esta situação tem sido alvo de críticas por parte de escolas, alunos e pais. E também por parte do grupo de trabalho nomeado pelo ministro da Ciência e do Ensino Superior, Manuel Heitor, para fazer uma proposta de alteração às condições de acesso ao superior. Uma das propostas foi precisamente a de pôr fim aos exames nacionais nos cursos profissionais, criando-se em alternativa um

curso especial de acesso para os alunos desta via.

As alterações não foram por diante porque, segundo Manuel Heitor, não geraram ainda o consenso necessário. Uma das principais vozes críticas foi a do Conselho Nacional de Educação (CNE), que é um órgão consultivo do Parlamento e do Governo. O CNE considerou “prematura” a solução apontada para o ensino profissional.

Na altura, o presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, João Guerreiro, considerou que o adiamento das alterações ao acesso vai prejudicar, sobretudo, os alunos do ensino profissional. “Há um fluxo enorme de alunos que sai dos cursos profissionais e que não tem sido bem tratado”, disse.

Os alunos dos cursos profissionais representam cerca de 45% do total de estudantes do ensino secundário, mas são poucos os que chegam ao ensino superior. Numa entrevista recente ao PÚBLICO, Manuel Heitor dava conta que em 2015/2016 apenas 15% prosseguiram estudos no superior, enquanto esta percentagem era de 80% nos cursos científico-humanísticos.

cviana@publico.pt

Sindicato dos Enfermeiros Portugueses cancela greve

Saúde

Segundo o sindicato, o Governo aceitou repor o pagamento das horas de qualidade aos enfermeiros de forma faseada

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) decidiu ontem cancelar a greve nacional marcada para a próxima semana, continuando em negociações com o Governo. O Sindicato dos Enfermeiros (SE), também em negociações, fez saber igualmente que não entregará para já o pré-aviso de uma greve que ainda pondera fazer a meio de Outubro.

Apesar de não ter havido acordo na reunião de ontem, o SEP e o Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira consideram que houve alguma evolução na posição do Governo.

A greve que estava agendada para os dias 3, 4 e 5 de Outubro será assim suspensa. “Não há acordo, porque não houve evolução suficiente de posições, mas houve alguma evolução”, declarou à Lusa José Carlos Martins, presidente do SEP.

De acordo com o dirigente sindical, o Governo aceitou repor o pagamento das horas de qualidade aos enfermeiros de forma faseada, logo a partir de Janeiro. Quanto às 35 horas de trabalho semanais, registou-se também uma evolução, com o ministério a aceitar que a transição das 40 para as 35 horas seja feita a 1 de Julho.

Estas matérias serão regulamentadas através de um acordo colectivo de trabalho que começa a ser discutido em 16 de Outubro, disse.

No que respeita à diferença de remuneração dos enfermeiros especialistas e à revisão da carreira, o Governo mantém a proposta de um suplemento de 150 euros para cada profissional, até à revisão da carreira, o que o SEP considera inaceitável.

Também ontem o SE decidiu não entregar o pré-aviso de greve. Segundo o presidente, José Azevedo, a tutela comprometeu-se com o envio de “um novo memorando”.

Lusa